

sendo a seguir, incumbida dos pontos a concessão de Medalha final foram encaminhados para a
 Commissão de Honras e Justiça os seguintes Projetos. Projeto de Lei n. 059, de 06/12/2010 foram
 aprovados as indicações nº 105 e 129/2010. Immediato a ordem do dia, o Senhor Simão de
 Aguiar e Tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Senador
Pereira de Figueiredo, que após as declarações de ordem, falou sobre a hora de nome dos seus no nome
 Aquino, que era uma indicação do senador José do Salvo Fernandes Filho, desejando que aquela
 prática em vez de ser feita através de Portugal, em decorrência de que o maior problema daquela
 localidade era o serviço de correios. Disse ainda, que o segundo objetivo estava próximo a ser
 após, assim, sendo importante que a hora de nome fosse realizada em outro momento, na que estava
 sua fala. O senhor, depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Senador José do Salvo Fernandes
filho, que inicialmente disse que era relativo ao discurso de seu antecessor o senhor, com relação
 de grande valor que os nomes dos seus do Senhor Aquino foram trocados, em virtude de que
 não muito mais útil explicar como seu com o nome de um empresário morador da mesma de
 que um número de. Contudo que os Nobres Pais procederam à análise daquela questão para
 que se chegasse a um consenso, no que ocorreu sua fala. Não mais havendo a prática, o senhor de
 seguinte ordenou a presente ordem em nome de Deus e para sempre, mandou que se lavrasse a
 presente Ata, que depois de lida, subscrita e assinada, aprovada, seria assinada por
 eu que se produzam seus efeitos legais.

Ata da Inquirição feita pelo Senador Antônio Carlos de Aguiar do
 Segundo Regimento Legislativo da Câmara Legislativa
 do Estado de Pernambuco, realizada no dia 06/12/2010, às
 14h00, do mês de dezembro.

As dez e seis horas do dia 06/12/2010 de julho do ano

de 2010 (dez mil e dez) sob o presidência do senador Antônio Carlos de Aguiar, com o auxílio
 do Senhor Antônio Carlos de Aguiar, presidente da Comissão de Honras e Justiça, reuniu-se o Conselho
 de Honras e Justiça do Estado de Pernambuco, para a realização da seguinte sessão, com a
 presença dos Senhores Senadores Senadores José do Salvo Fernandes Filho, Henrique
 Fernandes Filho e Senador da Mesa, e foram feitos os seguintes procedimentos, o Senhor
 Antônio Carlos de Aguiar, presidente da Comissão de Honras e Justiça, em nome de Deus e
 para sempre, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e
 assinada, aprovada, seria assinada por eu que se produzam seus efeitos legais.

holi esta ao Excm. Senhor Prefeito Municipal a construção de um edifício para animais no bairro
bairro do Cabocão. Indicação de Edital - Vereador Fábio José dos Santos, assunto: Relatório ao
Excm. Senhor Prefeito Municipal a respeito do Projeto Municipal de Alimentação e Nutrição - certas.
firmado a leitura do Expediente, o Senhor Vereador pronunciou o tribuna ao Oradores seguintes
Deixou o Tribuna como primeiro Orador seguinte, o vereador Silvino Fernandes Filho, que
após as saudações de praxe, disse que na próxima sexta-feira havia agendado
reunião com a Secretaria de Comunicação Andréa Pinto e representantes de diversos seg-
mentos locais, visando a dinamização do turismo e discutindo um grande avanço
onde os entendidos comerciais poderiam sair do marismo em que estavam vivendo,
disse ainda, que a imprensa noticiava que a cidade de Cabocão estava toda destruí-
da pelas chuvas, o que não era verdade, continuando, disse que se interessava em
matéria publicada no final folha dos dias naquela data, após a leitura do mesmo
torvorara imediatamente reuniram com os presidentes das Associações voltadas para
o comércio e turismo disse que o tema da reunião para a construção de prédios fo-
ra do padrão estabelecido pelo Plano Diretor, além do importante de que os projetos
se unissem no sentido de garantir que não fosse permitido a construção de prédios
com mais de sete andares. Disse que Cabocão necessitava sim de novos hotéis, toda-
via era imprescindível que fossem implantados dentro dos trâmites legais. Segundo que
fosse realizada uma audiência pública com o intuito de que todos os segmentos
fossem ouvidos e enfatizou que não gostava de ficar fora daquele processo, no que
chamou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Silvino Escapini que após
as saudações de praxe, comentou sobre o projeto do Governo Federal "Cinco Anos
Cinco Vida", destacando que a obra para a construção de três casas já havia
sido aprovada e se encontrava disponível na Caixa Econômica Federal, apontando
já com 3.800 famílias cadastradas pela Secretaria de Promoção Social. Disse ainda
que as famílias a serem beneficiadas ganhavam entre um a três salários mínimos
o que por certo desenvolvia a dignidade para o cidadão numa parceria entre o go-
verno Municipal e o Governo Federal. Em aparte, o vereador falou de Silva Fran-
des Filho, disse que o governo para a construção das casas já havia sido encontra-
do e a implantação do projeto não poderia ser mais aditada. Retomando a fala
para, o vereador Silvino Escapini disse que inicialmente quinhentas casas es-
tariam sendo construídas, no que encerrou sua fala. A seguir, fez uso do tribuna
o vereador Luis Geraldo Gomes de Aguiar, que inicialmente saudou a todos os presentes.
A seguir, disse que os vereadores sofreram uma aprovação muito dura através de um

jornal local, que colocava a Constituição de uma forma muito inapropiada, co-
 mo se os integrantes da Câmara Municipal não tivessem família. Falou do im-
 portância da mídia estar presente através do governo IV, tendo que levar o lado do ho-
 net, para que todos pudessem tomar conhecimento dos fatos. Disse que o estado jornal
 acusava, julgava e condenava os vereadores predominantemente sem nenhum resguardo
 de provas contra os mesmos. Entendeu que não era necessária a regularização de seu
 vínculo público, uma vez que não havia nada para ser devido. Observou que um
 jornalista que por vezes encontrava na igreja, e inclusive lhe dizia que estava pre-
 cioso, anunciou que a Câmara estava articulada com empresários, em negocia-
 ções e que pretendia construir prédios de sete andares, para tirar proveito fi-
 nanceiro, o que era um grande absurdo, visto que ele próprio por ocasião da des-
 unção à cerca do Mano Arista, no ano de 2006, foi se posicionara contra o acor-
 do do prefeito na cidade de Cabão. Disse ainda, que bom para a cidade de
 Cabão seria a chegada e a saída do forte, o sistema de saúde funcionando ade-
 quadamente, segurança e limpeza para o bom atendimento ao turista, caso contrá-
 rio, não seria muito um hotel cinco estrelas em cada esquina, no que entraria
 sua fala. Continuando na direção dos trabalhos o Senhor Presidente Alfredo Luis de
 Jesus Gonçalves, convidou o Vice Presidente Alvan Escalante para ocupar a presi-
 dência e assim pudessem fazer uso da Tribuna. O Tribuna o Senador Alfredo Luis
Nogueira Gonçalves, sucedeu a fala. Após, atendendo ao chamado de seu antecessor
 na tribuna, vereador Luis Geraldo Simões de Oliveira, destacou que o uso de forma
 desrespeitosa da imprensa com relação ao homem público, estava se tornando um
 grande absurdo. Disse que parabenizava o vereador Luis Geraldo pelo amor demonstrado
 à cidade de Cabão. Continuando, disse que um fato importante ocorreu no mu-
 nicipio, quando na semana anterior fora inaugurado o avião da TAM que fazia conexão
 com a cidade de São Paulo, o que em muito beneficiaria o município. Parabenizou
 a Secretário de Turismo e ao Exorador Paulo Oliveira. Prosseguiu, disse que lhe
 fora solicitado que fosse criado o Conselho Municipal de Empresas que geraria empre-
 gos e renda para a cidade de Cabão e questionou a imprensa local que não men-
 cionava tal fato e nem mesmo a lei que proporcionava ao novo empresário a ter
 suas empresas legalizadas e diversos outros benefícios. Disse que tinha uma grande
 vontade em virtude de tais publicações maldosas, e ainda, que os vereadores eram
 pessoas que ajudavam e que salvavam vidas, sim mesmo serem como funcionário
 público. Disse ainda, que o vereador da cidade de interior fez um trabalho zaiu.

afirmar de tal atribuição também não fazer parte de suas atribuições, mas por dever-
dor para ele era ter honra e vontade de trabalhar pelo povo bahianense. Desse
a seguir, que era sua habitação e de sua família, sair de cá para quando pelas ruas
da cidade e poder solucionar o problema de um cidadão ou de uma empresa. Subli-
nheu que sua vontade era de transformar Lobo Frio para o futuro e por isso tal projeto
não se daria aproveitando a construção de um prédio de sete andares, e mais, disse
que não chegara nenhuma do para ser aprovada na Câmara de qualquer forma como fora no
passado na mídia. Disse que, antepudamente dessa não ao empreendimento e ca-
no chegou a Câmara, o tempo seria debatido como sempre fora feito com todos
os assuntos políticos. Adiante, afirmou que rotular os vereadores era uma agravação
que na verdade era falta a cidade de Lobo Frio, que merecia respeito e carinho. Disse
que, o homem público integrou a Câmara através do voto popular, sendo representante
do povo era merecedor de toda a consideração. Enfatizou que, a pedra preciosa de
Lobo Frio era a beleza natural e requer hotel de sete andares, com seiscentos quartos,
requerendo dizer além os hotéis naturais. Referiu a seguir, que o artigo contra
a Câmara Municipal apesar de antepudado, como era a cidade de Lobo Frio para apre-
nar o projeto, e ele, Alfredo Gonçalves era contra tal construção, no que encerrou se-
lado. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna o Senhor Presidente
conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Neste tempo, foi aprovado parecer favorá-
vel da Comissão de Políticas Públicas nos seguintes projetos: projeto de lei nº 040-6/2010
21/2010 tendo a seguir, aprovado o requerimento de Virgínia nº 040/2010 ao referen-
do projeto e 044/2010, tendo este encaminhado para a Comissão de Educação final-
 foram aprovadas as Indicações nº 130 e 131/2010. Nada mais havendo a falar,
o Senhor Presidente marcou a presente sessão em nome de Deus, marcando o fim do
extraordinário para dentro de quinze minutos. E, para concluir mandou que se
levantasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação nominal, após
nada, bem amado para produzir seus efeitos legais.

